**A ESCOLA NOVA NO BRASIL E A QUESTÃO DA IGREJA E DA LAICIDADE**

Nina Rosa Feijó Morbey Lauriano[[1]](#footnote-1)

Cláudia Regina dos Santos[[2]](#footnote-2)

**RESUMO**

O movimento de renovação da educação, denominado Escola Nova, foi um ideário que se firmou em contraposição à vertente tradicional de ensino, majoritariamente religiosa durante o período monárquico brasileiro. A partir de uma contextualização histórica, o presente artigo situa o avanço da visão renovadora da área educacional, fundamentada pela necessidade de uma educação laica, pública, gratuita e universal, a qual propunha, ao lado disso, uma nova abordagem a respeito das necessidades da infância. Tal movimento foi reafirmado com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, de 1932, que impulsionou o embate entre católicos e renovadores, e que, embora sob nova roupagem, ainda se mostra presente na atualidade.

**Palavras-chave:** Escola Nova. Ensino Tradicional. Manifesto dos Pioneiros da Educação.

***ABSTRACT***

*The moviment of education renewal, called New School, was an ideal that firmed itself in counterposition to traditional strand of teaching, that was mostly religious during the brazilian monarchic period. As from a historical contextualization, this article situates the avancing of a renovation vision of educacional area, grounded by the necessity of a laic, public and universal education wich proposed a new approach to the childhood necessities. This moviment was reaffirmed with the publication of “Manifest of the pioneers of education”, in 1932, that boosted the clash between catholics and renewers and, even if new aspects, still present today.*

***Keywords:*** *New School. Traditional teaching. Manifest of the pioneers of education.*

# INTRODUÇÃO

A História da Educação implica o estudo no tempo e no espaço do fenômeno educativo. Dada essa historicidade, a cada etapa do desenvolvimento humano, o fenômeno educativo assume diferentes significados, caracterizações e práticas, condicionadas, quando não determinadas, pelas disputas pelo poder político a partir de uma dada estruturação socioeconômica. O movimento da chamada Escola Nova, no Brasil, não foge a essa prerrogativa, considerando que o embate pelo controle do sistema educacional entre católicos e liberais, na primeira metade do século XX, correspondia à luta pela hegemonia no campo da prática educativa e das crenças e valores a esta inerentes.

Para melhor elucidar esse tema, considerando o curto espaço aqui destinado a esta tarefa, iremos nos reportar à luta pela hegemonia das ideias pedagógicas no período entre a proclamação da República no País e o início dos anos 1930, mais precisamente, 1932, quando da renovação do Estado Brasileiro, provocado pela chamada Revolução de 1930, e da divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova.

# O movimento escola nova E O EMBATE ENTRE CATÓLICOS E RENOVADORES

# Inicialmente, há que notarmos que desde a expulsão dos jesuítas em 1759, há um palco de luta e coexistência entre a pedagogia de vertente religiosa e a pedagogia leiga (não-religiosa) entre aqueles que buscavam implementar as diretrizes educacionais tanto na América portuguesa quanto no País independente politicamente a partir de 1822.

# Dita por Saviani (1988) como conteudística e enciclopédica, a pedagogia católica tinha como base o método de estudos dos jesuítas, contido no Ratio Studiorum (publicado em 1599), o qual compreendia o trinômio estudar, repetir e disputar. Como exercícios escolares enfatizava-se a preleção, a lição de cor, a composição e o desafio, práticas pedagógicas estas que remetiam diretamente à escolástica medieval e que, conforme as metas dos missionários, implicava um formato de educação sinônimo de evangelização e catequese. Dirigida inicialmente aos nativos, e gradativamente aos nobres e comerciantes abonados, os jesuítas não tinham como foco uma educação que abrangesse a todos indiscriminadamente, ou seja, a ricos e pobres, e muito menos aos escravizados. Reside aí uma das raízes que explicam o porquê de as camadas destituídas de renda ou propriedade terem sido historicamente marginalizadas da educação formal brasileira, desdobrando na exclusão social crônica ainda assistida.

# Com a expulsão dos jesuítas em 1759 e as reformas pombalinas a partir de então, passou-se a preconizar o ensino laico e sob responsabilidade total do Estado, em conformidade com o ideal liberal de educação, advindo do movimento iluminista europeu. Porém, embora as reformas do Marquês de Pombal visassem implementar um caráter laico, ou leigo (no sentido de não religioso) à administração escolar, permanecia obrigatório o ensino religioso, e, além do que, havia, por parte da Inquisição, um severo controle sobre a bibliografia então utilizada (ARANHA, 2006). Vale lembrar, o chamado despotismo ilustrado não pretendia abolir a monarquia absolutista, nem a religião enquanto uma crença institucionalizada (SETTON; VALENTE, 2016).

# Em consonância com esse aspecto, no Estado monárquico brasileiro, a partir de 1822, o catolicismo foi alçado à religião oficial do pais sob o modelo do padroado, definido por Bruneau

# (1974) como um determinado grau de autonomia de um administrador civil sobre a Igreja nacional ou local. Nessa direção, ainda que do ponto de vista das ações políticas e sociais, bem como da moral e dos costumes, a vigência do padroado resultasse num formato bastante laicizado e secularizado, as ideias relativas à educação continuavam impregnadas da visão católica e da pedagogia dita enciclopédica e conteudística, assinalada por Saviani (2013).

# Desse modo, durante a vigência do Império, a hegemonia católica no campo educacional e a pedagogia tradicional de ensino não chegaram a sofrer danos nem mesmo quando os conflitos se agravaram entre os liberais, adeptos das ideias iluministas, e o clero; e entre o clero secular sob o regime do padroado e a Cúria Romana.

# Só na iminência da proclamação da República em 1889, época em que a taxa de analfabetismo no País atingiu a cifra de 82,6% para pessoas com a faixa etária de 5 anos ou mais (FERRARO; KREIDLOW, 2004), é que se assistirá uma certa crise quanto ao predomínio das ideias católicas sobre a educação. Crise esta desencadeada pelo avanço da visão laica de ensino ou, mais propriamente, pelo “bando das ideias novas”, expressão de Silvio Romero (apud SAVIANI, 2013), representadas pelas correntes do positivismo e do liberalismo, que acabou resultando, enquanto saída, na dissolução do regime do padroado.

# Conforme Emília Viotti da Costa (1994), as disputas e tensões que levaram à instituição do regime republicano tiveram origem na fratura da unidade das elites dirigentes em virtude das mudanças econômicas desencadeadas a partir de 1850, que acabaram por resultar na cisão entre o poder político e o poder econômico. Não havia então um conflito entre defensores de um Brasil progressista, constituído pelas classes médias, de um lado, e representantes de um Brasil arcaico e conservador, de outro lado. Havia sim dois grupos que, tendo garantido a sobrevivência do Império, digladiavam-se na nova conjuntura do final do século XIX: as tradicionais oligarquias tradicionais dos “barões do café” da região do Vale do Paraíba (escravistas e defensores da monarquia), que ainda preservavam o poder político; e as oligarquias recém-formadas dos cafeicultores do Oeste paulista, os quais, mesmo destacando-se no cenário econômico do país, não detinham poder político. Assim, a partir de 1870, o ideal republicano, uma velha aspiração que remontava ao fim do período colonial, passa a ser efetivado com a organização do Partido Republicano Paulista, constituído em sua maioria pelos fazendeiros do Oeste paulista, de visão mais empreendedora e abertos a inovações como o emprego da mão de obra dos imigrantes. Após a proclamação da República em 1889, esses cafeicultores finalmente alcançaram o poder, com a chamada “política dos governadores”, implementada por Campos Salles. Começa aí Primeira República, período em que os “barões do café” irão predominar politicamente mediante a aliança entre os partidos republicanos de SP e MG (política do “café com leite”), tendo como base o sistema político denominado coronelismo (SAVIANI, 2008), que só será rompido com a Revolução de 1930, quando ocorrerá a reconfiguração do interior das elites.

# Nesse contexto, em que os altos lucros obtidos da cafeicultura desencadeiam maior complexificação da sociedade, levando ao crescimento urbano e industrial, sob o impulso do desenvolvimento do capitalismo, há também um movimento de renovação da educação, denominado Escola Nova. Lourenço Filho (2001), um nome de destaque desse movimento, atribui a Rui Barbosa a introdução desse modelo pedagógico no país, principalmente mediante os pareceres por ele apresentados em 1882, os quais defendiam o ensino público aliado à liberdade de ensino, a laicidade e a obrigatoriedade escolar. Na gênese do movimento da Escola Nova estão o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e os educadores Heinrich Pestalozzi (1746-1827) e Freidrich Fröebel (1782-1852). Já na América, foi o pedagogo John Dewey (1859-1952), que propôs um modelo de ensino-aprendizagem focado na criança enquanto sujeito do conhecimento. O princípio é que o aluno aprende mediante a execução de tarefas que o incentivam a experimentar e a pensar por si mesmo. Aos professores e orientadores cabe o estímulo, considerando que a iniciativa da aprendizagem parte do discente. Ao lado disso, enfatizava-se a psique infantil em suas particularidades ou àquilo que Dermeval Saviani chama de “biopsicologização da sociedade, da educação e da escola” (2008, p. 07). A concepção acerca do “marginalizado”, tido pela pedagogia tradicional como ignorante, também muda. Ao invés de “rejeitado”, o mesmo é concebido como alguém a ser integrado e aceito socialmente em suas diferenças. A educação é tida então como um instrumento de correção da marginalidade, de equalização social, de pertencimento, contribuindo assim para a “constituição de uma sociedade cujos membros, não importam as diferenças de quaisquer tipos, se aceitem mutuamente e se respeitem na sua individualidade específica” (SAVIANI, 2008, p. 9).

# A Constituição republicana de 1891 respaldou em certa medida o projeto escolanovista de cunho liberal, ao instituir a separação Estado-Igreja e o ensino laico. Como desdobramentos, o país deixa então de ter uma religião oficial, a responsabilidade do ensino fica a cargo do Estado e o ensino religioso é excluído das escolas públicas (SAVINI, 2013) A partir de então o controle do sistema educacional passa às mãos do Estado em defesa de uma educação de caráter público, laico e universal.

# Mas em que implica essa laicidade no contexto brasileiro? Tendo como parâmetro os autores Baubérot e Milot (2011), podemos dizer, em quatro elementos: a separação entre Estado e religiões, a neutralidade, a igualdade e a liberdade de crença. Todavia, inspirada por alguns princípios e ideias da Independência americana (1776) e da Revolução Francesa (1789), a transposição do princípio laico de educação ao contexto brasileiro, como não poderia deixar de ser, contou em sua interpretação com categorias culturais próprias. Enquanto na França, por exemplo, em consonância com seu próprio movimento histórico, houve uma separação rígida entre Estado e religião, no Brasil, expressou-se uma separação flexível, a partir da qual o elemento religioso é, ainda hoje, reconhecido como cultural, inerente a uma população que se caracteriza, independentemente da instituição religiosa, por uma profunda religiosidade, enquanto uma crença personalizada e individual (SETTON; VALENTE, 2016). .

# Daí se explica a forte pressão e presença da vertente religiosa no campo educacional e sua coexistência com a visão laica de ensino, no período republicano. Coexistência esta, ressalta-se, não destituída de crises e divergências em seu interior. A responsabilidade do ensino a cargo do Estado e a extinção do ensino religioso nas escolas públicas, com o advento da República, evidentemente, não foram aceitas passivamente pela Igreja católica. Ciente do poder da escola enquanto um lugar de formação de sentidos e de constituições de modos de ser, vital, portanto, à imposição e reprodução de crenças (WEIL, 2006), a instituição religiosa logo tratou de responder às mudanças políticas e jurídicas com a chamada “resistência ativa”, assim denominada por Saviani (2013). Esta se efetivou com a pressão dos católicos para que se restabelecesse o ensino religioso nas escolas públicas, e pela propagação de seu ideário pedagógico mediante a publicação de livros, artigos em periódicos, e especialmente de livros didáticos, a serem empregados nas escolas públicas e ainda na formação dos docentes, uma vez que a Igreja dispunha de suas próprias Escolas Normais (SAVIANI, 2013).

# A partir da década de 1920, a estratégia de “resistência ativa” deu um salto organizativo, principalmente com a fundação da revista A Ordem, em 1921, tido como o principal veículo de difusão das posições católicas. Já a partir de 1928, os católicos criaram as Associações de Professores Católicos (APCs), as quais, espalhadas pelo país, vieram a ser aglutinadas na Confederação Católica Brasileira de Educação, transformada adiante na Ação Católica Brasileira.

# Nesse contexto de resistência e ativismo da Igreja, por um lado, e de persistência dos renovadores em apregoar a pedagogia laica e alicerçada nos princípios escolanovistas, de outro, sem deixarmos de mencionar o ideário libertário dos grupos ligados ao movimento operário, o qual atribuía à educação um espaço central, a luta pela predomínio no campo educacional estava dividida entre várias correntes, mas não de maneira radicalmente oposta entre aquelas com chances de realmente vencer, como veremos adiante.

# A defesa de uma nova configuração na organização sociocultural, nos anos 1920, manifestou-se em diferentes frentes, indo além, portanto, dos movimentos de renovação do sistema educacional. Vivia-se um período de extrema tensão social, em que grupos diversos reivindicavam por mudanças e inovações no campo das políticas estatais. Como exemplos, citemos, derivadas de trabalhadores e militantes, a greve de inspiração anarcossindicalista de julho de 1917, ocorrida em SP, e a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) sob o impacto das greves do período e da Revolução Russa (1917), em 1922; por parte das Forças Armadas, as revoltas tenentistas do Forte de Copacabana, também em 1922, os levantes de 1924 e a marcha guerrilheira conhecida como Coluna Prestes, atuante entre 1924 e 1927; derivada de artistas e intelectuais, a Semana de Arte Moderna, ocorrida em fevereiro de 1922, na qual representantes da literatura, da pintura, da arquitetura e da música, em nome de um espírito novo e moderno, inauguram o chamado modernismo brasileiro.

Atreladas a um momento de transição entre o sistema agrário-exportador e o urbano-industrial (FAUSTO,1997), tais manifestações, que debatiam principalmente o crescente atraso e desigualdade econômica e social do País, faziam dos anos 1920 um período excepcional em termos de propagação de inovações. No campo educacional, isso se evidenciou nas campanhas de caráter cívico e nacionalista, que chegaram a unir vertentes diferenciadas como católicos, liberais e positivistas em torno de uma relativa homogeneização e unificação do discurso pedagógico, que concebia a educação como o “grande problema nacional”. Premissa esta associada a dois movimentos do período denominados por Jorge Nagle (1974) de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico. O primeiro, segundo Nagle, advogava a incorporação da população como um todo no processo educativo, especialmente por meio da multiplicação das escolas primárias, levando o país a construir uma identidade nacional. Estava em questão, assim, uma forma de afirmar o Brasil enquanto nação, algo que também se expressara nas tentativas das reformas do período monárquico. Já o otimismo pedagógico, se bem que também propusesse um maior número de escolas, diferia-se do entusiasmo pela educação, por introduzir um movimento que, como dito anteriormente, já vinha se expressando desde fins do século XIX no Brasil, o da Escola Nova, cujos princípios suplantariam na então década de 1920 a vertente leiga da concepção tradicional.

Em termos políticos e sociais, a Escola Nova, segundo Maria Lúcia de Arruda Aranha (1996), vai ao encontro dos anseios da burguesia liberal, que demanda a ampliação da rede escolar e uma escola distinta à do passado capaz de formar um indivíduo adaptado aos desafios da crescente industrialização, assistida, ainda que de forma incipiente, no Brasil.

Assim, as propostas de renovação estavam postas e reivindicavam espaço para se expressarem, o que resultou na fundação da Associação Brasileira de Educação de 1924. Esse órgão político tinha como objetivo aglutinar a todos os interessados na “causa da educação”, independentemente de doutrinas ou posições políticas. Graças a essa prerrogativa, foi possível, por exemplo, aliar, no Conselho Diretor da entidade, o ateu Fernando Süssekind de Mendonça ao católico Fernando Magalhães, em contraposição a Ferdinando Labouriau, o qual buscava comprometer a associação com posições político-partidárias (SAVIANI, 2013, p. 229).

Somente a partir de 1929, com a publicação da Divini Illius Magistri, apresentada na encíclica do papa XI, e explicitada pelo líder católico Alceu Amoro Lima (cujo pseudônimo era Tristão de Ataíde) no prefácio do livro Debates pedagógicos (1931), é que o conflito entre católicos e renovadores se explicita efetivamente, como defende a autora Marta Maria Chagas de Carvalho (2004).

Acusando os escolanovistas de pretenderem a “comunização do país” (SAVIANI, 2013, p. 258), os católicos passam a reagir à heterodoxia renovadora, afirmando que a laicidade, bem como o monopólio do Estado sobre a educação atentam contra uma tida ordem divina e natural. O Estado é importante, mas seu papel deve ser o de orientar e coordenar as ações da Igreja e da família, às quais cabe a tarefa educativa. E justificam essa posição, primeiro, no plano filosófico-teológico, fundamentando-se na filosofia aristotélica mediada por São Tomás de Aquino; e, segundo, no plano histórico e empírico, argumentando que “a laicidade e o monopólio estatal do ensino chocam-se com a moral e os sentimentos católicos da maioria do povo brasileiro” (SAVIANI, 2013. p. 258).

Embora essa tenha sido uma contrapartida, digamos, mais direta e agressiva dos católicos em relação ao projeto dos renovadores liberais, a ruptura entre eles só se consumou na IV Conferência Nacional de Educação de 1931 e com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” em 1932. Este documento, considerado por Jorge Nagle como “a grande plataforma do ensino do país” (2016), resultado das premissas escolanovistas e daquelas plantadas ao longo da década de 1920, reafirma a defesa de um sistema único de ensino, da coeducação e da escola pública, laica e gratuita. Anísio Teixeira (1900-1971), Lourenço Filho (1897-1970), Fernando de Azevedo (1894‑1974) e a poeta Cecília Meireles (1901‑1964) foram alguns dos 26 signatários do Manifesto, o qual, enquanto doutrina, reafirma a questão da laicidade e a oposição à pedagogia tradicional de vertente católica.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a Revolução de 1930, o embate entre católicos e renovadores escolanovistas pelo controle educacional é acirrado tanto pela publicação do Manifesto dos Pioneiros quanto pela condenação principalmente da laicização do ensino apregoada notoriamente nos escritos de Alceu Amoroso Lima. Na Constituição de 1934, a laicidade, assegurada na Carta de 1891 e tão defendida pelos escolanovistas, sofre, afinal, uma derrota, ao se implementar um modelo de cooperação entre Estado e religião, que promove o restabelecimento do ensino religioso, embora facultativo, nas escolas públicas.

Por fim, diante do que aqui expomos, podemos afirmar que a ideia de laicidade no ensino, associada aos princípios do movimento da Escola Nova, não se estruturou concretamente no País, em que pesem as mudanças jurídicas pelas quais passou o Estado brasileiro ao longo do século XX. Como dissemos inicialmente, a educação brasileira é atravessada pela questão da religião, principalmente por ser a população do país eminentemente religiosa, no que tange à constituição de crenças individuais e costumes. Dessa forma, um sistema educacional laico e destituído de interferências das instituições religiosas esteve e está longe de caracterizar o caso brasileiro. Nesse sentido, podemos notar que o embate entre liberais e religiosos, embora sob nova roupagem, ainda está presente, haja vista a participação, por exemplo, dos evangélicos nas bancadas do congresso nacional, assim como em diversos estados da federação. Mas esse seria assunto para uma nova exposição teórica.

# REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia.** 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BAUBÉROT, J., & MILOT, M. (2011). **Laïcité sans frontière*.*** Paris: Seuil.

BRUNEAU, Thomas. **O catolicismo brasileira em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de Carvalho. A Escola Nova no Brasil: uma perspectiva de estudo. **Revista Educação em Questão**, v. 21, n. 7 (2004), set.dez.2004.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República:** Momentos Decisivos. São Paulo, Ática, 1994.

FAUSTO, BORIS. Prefácio à edição de 1997. In: \_\_\_\_\_\_\_. **A Revolução de 1930:** historiografia e história. 16.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERRARO, A. R.; KREIDLOW, Daniel . **Analfabetismo no Brasil:** configuração e gênese das desigualdades regionais. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 29, n.2, p. 179-200, 2004.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação. Nacional de Material Escolar, 1974.

SAVIANI, Demerval**. Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** 4. Ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SETTON, M. G., & VALENTE, G. (2016, abril/junho). Religião e educação: um estado da arte – 2003/2013. **Caderno CEDES***. 46*(160), 410-440.

VALENTE, Gabriela Abuhab. Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. [**Pro-Posições**](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-7307&lng=en&nrm=iso). Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: jun. 2019.

**O conteúdo expresso no trabalho é de inteira responsabilidade do(s) autor(es).**

1. - Discente do curso de Direito da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – campus Ituiutaba.- email:– *e-mail*: ninarosa5@bol.com.br [↑](#footnote-ref-1)
2. - Orientadora. Professora Doutora na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) – campus Ituiutaba - email: claudinhaja@yahoo.com.br [↑](#footnote-ref-2)